
Economia Brasileira

*Maria Anita dos Anjos
Moisés Farah Jr.*

Na década de 1990 a dinâmica da economia brasileira sofreu alterações decorrentes não somente de uma política de estabilização, que garantiu a redução do processo inflacionário, mas também de mudanças no âmbito das empresas que se alinharam a um novo padrão tecnológico e organizacional predominante nos países capitalistas avançados.

A industrialização brasileira apresentou, historicamente, diferenciais que distanciaram o seu parque industrial das demais economias latino-americanas, todas integrantes da denominada periferia do mundo desenvolvido capitalista. O avanço do desenvolvimento capitalista brasileiro, contudo, ocorreu paralelamente com a emergência de pressões inflacionárias, agravamento das contas externas e deterioração das finanças públicas que se manifestaram, de forma contundente, nos anos de 1980.

No prenúncio dos anos de 1990, a nova proposta de desenvolvimento econômico, alicerçado na abertura econômica, entre outros aspectos, e a política de estabilização, a partir de julho de 1994, propiciaram o realinhamento da economia brasileira a um novo contexto do desenvolvimento capitalista mundial em que palavras como globalização e neoliberalismo tornaram-se representativas do somatório de transformações e representações hegemônicas no período.

A abertura econômica é entendida aqui como a redução dos impostos incidentes sobre os bens importados, bem como a eliminação dos obstáculos, existentes nos regulamentos, leis, controles, normas, que impediam a livre movimentação das mercadorias e capitais estrangeiros. Esse processo ocorreu no Brasil ao longo da década de 1990 e representou o alinhamento do país à onda de expansão do comércio e de capitais liderados pelas empresas dos países desenvolvidos. O movimento de expansão, chamado de globalização, foi possível com as transformações tecnológicas.

A compreensão dessa nova realidade e o impacto no desenvolvimento capitalista brasileiro, bem como a forma pela qual o país enfrentou seus problemas, tornam-se fundamentais para traçar as perspectivas da economia brasileira, além apontarem os desafios (novos e velhos) para se atingir uma realidade social menos excludente.

1 A reestruturação da economia mundial nos anos de 1980

O desenvolvimento capitalista mundial entra em processo de desaceleração na década de 1970, depois de enfrentar uma expansão econômica sem precedentes, cuja origem encontra-se no pós-Segunda Guerra Mundial. O crescimento foi liderado pela economia norte-americana que, ao definir uma nova forma de integração com a economia mundial, garantiu a dinamização das demais economias capitalistas com a expansão de sua estrutura industrial e dos respectivos padrões de consumo baseado em bens duráveis.

As empresas européias e japonesas nos anos de 1950, reagindo à expansão das empresas norte-americanas, iniciaram um esforço de atualização tecnológica, possibilitando, em um segundo momento, um novo avanço dos investimentos em direção aos países periféricos em resposta à ação dos EUA, cuja hegemonia passa a ser contestada pelas tendências policêntricas que se afirma mundialmente. O policêntrismo decorreu da ascensão, em suas respectivas regiões, da Alemanha Ocidental e Japão, dinamizando as respectivas economias regionais bem como seus parceiros comerciais.

Os países periféricos ou pobres são as economias nacionais que apresentam a condição de subdesenvolvimento, formando um subsistema composto, entre outros, pelos países da América Latina, da África e Ásia Ocidental.

Algumas economias periféricas sofreram profundas transformações nessa fase de expansão da economia mundial. O avanço das fronteiras do capitalismo, ao anexar as economias periféricas, produziu desequilíbrios industriais nos países com base produtiva em estágios distintos quando comparadas com países desenvolvidos. A eliminação (ou atenuação) dos desequilíbrios exigiu o fortalecimento dos estados nacionais que assumiram o papel de centralizadores de recursos e coordenadores do processo de industrialização, além de investidores em determinados segmentos econômicos e em infra-estrutura.

O resultado não foi homogêneo, ocorrendo distintos avanços entre os países da periferia, pois, enquanto alguns países industrializaram-se, outros

permaneceram nas etapas iniciais do processo. Contudo, o mais importante a ser destacado é que ocorreu um processo de integração, desigual e marginal sem dúvida, das economias periféricas ao desenvolvimento capitalista mundial e, conseqüentemente, serão atingidas nos momentos de crise e reorganização da produção capitalista lideradas pelos países centrais.

O esgotamento do ciclo mundial de crescimento, manifestado a partir da década de 1970, deve-se à perda da capacidade de difusão tecnológica nos setores que lideraram a expansão nos países capitalistas desenvolvidos, bem como de sua forma de internacionalização baseado nas empresas multinacionais que imprimiram transformações à economia mundial.

Nas economias industrializadas, a queda da demanda somada ao elevado desemprego resultou em aumento da capacidade ociosa e do custo fixo e, por conseqüência, de níveis maiores de estoque e do índice de preços. A ação da política econômica não conseguiu evitar o colapso do modelo, e a crise econômica, que se manifesta também no âmbito social e político em inúmeros países, passa a exigir uma nova atuação do Estado e dos demais atores sociais de cada economia.

A imposição ao final do ciclo, pelo padrão tecnológico vigente, da sobreutilização do uso dos recursos energéticos e matérias-primas aliadas a uma demanda crescente, resultou em elevação dos preços relativos e uma onda de especulação no comércio internacional. A exaustão da internacionalização das grandes empresas teve no choque do petróleo o estopim de uma crise estrutural cujos resultados imediatos foram uma queda dos investimentos, aceleração inflacionária e crise energética.

A crise afeta o desenvolvimento econômico liderado pelos países capitalistas avançados bem como uma estrutura organizacional e uma base técnica que foram incapazes de adequar-se para assegurar a manutenção de uma tendência de crescimento até então apresentada pelos indicadores de desempenho econômico. A base técnica do modelo de desenvolvimento capitalista, até então, esteve alicerçada nas inovações ocorridas nas áreas de eletricidade, química, fundição do aço e também nos métodos de organização do trabalho baseado no método de administração científico denominado taylorismo, em homenagem a seu criador, Frederic W. Taylor.

O padrão tecnológico e a produção em massa fundaram as bases para a obtenção de ganhos de produtividade, ou seja, do aumento da produção física por trabalhador, e de redução dos custos unitários de produção pelas empresas industriais, determinando patamares de indicadores de desempenho que irão balizar a competência das empresas no mercado.

A crise manifesta-se quando da impossibilidade (técnica e organizacional) de manutenção (ou ampliação) dos indicadores de

desempenho, tais como custos, produtividade do capital e trabalho, obtidos no passado. Neste momento, a competência do desenvolvimento capitalista no sentido de apropriação de lucros crescentes dos investimentos realizados é questionada, forçando a adoção de um novo padrão tecnológico que permita recriar as condições de valorização do capital.

Os empresários, para diminuir o custo médio de produção, irão cortar os custos de mão-de-obra para disporem de recursos financeiros necessários aos novos investimentos destinadas a repor maquinário, adquirir distintas máquinas e equipamentos e introduzir tecnologias de processos e produtos, capazes de aumentar as condições de competitividade para enfrentar a acirrada concorrência.

A rigidez do sistema de produção das empresas, estruturado para produzir produtos padronizados e obter economias de escala (produção de bens em grandes quantidades para reduzir custos unitários), mostrava-se incapaz de responder à crise manifestada.

As críticas aos conceitos e práticas gerenciais do modelo taylorista, ao longo dos anos de 1980, contrapunham-se à defesa do modelo de gestão “japonês”. As maiores críticas dirigiam-se às empresas norte-americanas enfatizando as estratégias implementadas, o atraso tecnológico e as inadequadas formas de cooperação entre as empresas.

2 A emergência do novo paradigma tecnológico, organizacional e produtivo nos anos de 1990 na economia mundial

Na década de 1980 ocorre uma aceleração das mudanças tecnológicas nos países desenvolvidos, lideradas pelas tecnologias de informação (microeletrônica, computação e telecomunicações), com impacto nas estruturas industriais. Além disso, a integração dos mercados financeiros e de capitais, possível com o fim das restrições à entrada do capital financeiro internacional aos mercados nacionais, desemboca na chamada globalização financeira. A inovações tecnológicas e a globalização financeira são indicativos das transformações verificadas a partir dos anos de 1980 que irão impactar sobre a economia mundial, em particular nos países em desenvolvimento.

O resultado foi a emergência de um ambiente mais competitivo, tornando as inovações um elemento estratégico central na busca da competitividade das empresas. A expansão das redes de cooperação tecnológica, entre as empresas dos países capitalistas, foi uma das respostas para enfrentar o ambiente competitivo na presença de incorporação e desenvolvimento de tecnologias,

estabelecendo mudanças nas formas de inter-relacionamento entre as grandes empresas. Outro movimento correlato foi à ampliação das fusões e aquisições visando a concentração (ou ampliação) dos recursos para desenvolvimento de tecnologias. As fusões, que representam a união de duas ou mais empresas formando uma única empresa, permitem o fortalecimento das empresas para enfrentarem a concorrência, ampliando o montante de recursos para realização de pesquisa e desenvolvimento e também uma melhoria da produtividade com a redução dos custos.

As empresas dos países desenvolvidos lideraram o processo de reestruturação da produção, determinando novos padrões de concorrência no mercado internacional

A entrada de novas empresas nos mercados agora mais dinâmicos, porque formados por empresas detentoras e geradoras de tecnologias pioneiras, tornou-se difícil, dado o conjunto de obstáculos ao ingresso de firmas isoladas de menor porte produtivo, financeiro e tecnológico. O núcleo dinâmico é formado pelas seguintes indústrias: automotiva, aeronáutica, farmacêutico-química, eletrônica de bens de consumo, material elétrico pesado, autopeças, metais não-ferrosos, minerais não-metálicos e bens de capital por encomenda e seriados.

As políticas empresariais tornam-se concentradas nas matrizes dos grandes grupos, pois, graças a telemática, a gestão empresarial pode ser *on line*, ou seja, a empresa matriz pode rapidamente informar e implementar uma mudança de gestão nas empresas filiais localizadas nos diferentes continentes mundiais. Desta forma, atividades de suprimentos, pesquisa e desenvolvimento, armazenagem, transporte, produção de peças, produção de componentes e subcomponentes, conjuntos, sistemas complexos podem ser implementados em vários países, mas sob controle centralizado.

A cooperação para a retomada do crescimento e a estabilização econômica verificada entre os países centrais nos anos de 1980 criaram condições para um novo ciclo de investimento capaz de alavancar essas economias. Os investimentos provocaram um forte impacto nessas economias, quando as modernas tecnologias são adotadas por inúmeras empresas industriais nos ramos considerados dinâmicos citados anteriormente.

No mundo industrializado as condições para a emergência desse processo se fazem presente quando há um amplo e crescente uso das novas tecnologias, cuja oferta é capaz de atender à demanda acelerada. A utilização da tecnologia causa redução dos custos em várias etapas do processo de produção e aumenta a produtividade do trabalho humano.

Os novos processos de produção, ao contrário dos processos anteriores, tornam-se independentes da produção de grandes lotes para serem viáveis. Isto será possível porque certos tipos de produtos, como bens de capitais não seriados, passaram a ser produzidos a um custo mais baixo, face ao uso de máquinas de comando numérico, que viabiliza a produção em pequenas quantidades.

A exigência do processo tecnológico produtivo mais avançado requer uma mão-de-obra mais qualificada. O critério “mão-de-obra barata e abundante” não se traduz em melhores resultados no mundo produtivo contemporâneo. Com a introdução da programação flexível, é preciso uma mão-de-obra capaz de operar e reprogramar os ajustes nos processos fabris, bem como que compreenda o processo produtivo em sua totalidade.

Atualmente amplia-se a necessidade de investir nos denominados intangíveis (software aplicado, capacitação da mão-de-obra, coordenação de processos, desenho e conexões das diferentes áreas da empresa) que possa traduzir-se em vantagens competitivas para as empresas. Desta forma, o velho modelo de trabalho fragmentado, repetitivo, não criativo, cede lugar a um processo de organização do trabalho e da produção, em que o conhecimento, a organização e a criatividade tornam-se fundamentais.

As empresas dos países desenvolvidos têm montado redes internas computadorizadas para centralizar vendas, produção, marketing, produção, além de estabelecer um distinto padrão de relacionamento com fornecedores, clientes e prestadores de serviços. Em parcerias com as universidades e centros de pesquisa e tecnologia são desenvolvidas inúmeras pesquisas para melhoramento e criação de produtos e processos.

As grandes empresas multinacionais, nos últimos anos, implementaram uma série de alianças tecnológicas, inclusive entre suas concorrentes. Essas alianças foram consubstanciadas através de acordos de cooperação produtiva, de desenvolvimento conjunto de produtos e processos com propósitos específicos, fortalecendo as suas competências.

Para os países centrais, a reestruturação produtiva e tecnológica não ocorreu apenas com a atuação do mercado e nem com políticas públicas passivas. O exemplo da Alemanha que em 1982, com o novo governo, registra uma atuação coordenadora e indutora do Estado e o empenho governamental foi específico e direcionado para que o país reconquistasse sua capacidade produtiva.

A ação governamental na Alemanha possibilitou uma inserção soberana no contexto internacional encabeçando o projeto europeu de modernização das empresas dos países pertencentes à Comunidade Européia. O resultado desta política de competitividade foi um círculo virtuoso de crescimento alemão, que foi capaz de suportar a concorrência japonesa e americana no cenário mundial.

3 Os impactos da abertura comercial e da estabilização da economia brasileira nos anos 90

A economia brasileira, enquanto economia periférica ao desenvolvimento capitalista mundial, até a década de 1980 conseguiu avançar no seu processo de industrialização apresentando um parque industrial com empresas produtoras de bens de capital e de insumos modernos, além das produtoras de bens de consumo durável e não durável.

A instabilidade macroeconômica marca o período seguinte que se estende até meados de 1994. A crise da dívida externa, impedindo o acesso a novas linhas de crédito, a deterioração das finanças públicas e a conseqüente inflação orientaram a implementação de políticas de ajuste impedindo que as empresas realizassem um efetivo alinhamento às mudanças organizacionais e tecnológicas dominantes no cenário econômico mundial. A prioridade das empresas será a adoção de estratégias defensivas, e de curto prazo, para enfrentar um cenário marcado pelo encarecimento e redução do crédito, contenção da demanda, congelamentos de preços, reformas monetárias, mudanças de regras contratuais, entre outros que marcam a economia brasileira nos anos de 1980 até o início dos anos de 1990. O contexto impede um esforço de desenvolvimento científico e tecnológico alinhando-se ao que ocorre em termos mundiais.

Além disso, a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) inaugurada com o Governo Collor a partir de 1990, pressiona para uma adequação das organizações em curto período de tempo. O fulcro da nova política industrial passa a ser questão da competitividade que se torna indicadora do objetivo empresarial a ser perseguido. Apesar da política industrial do Presidente Collor ser alicerçada em uma política de concorrência e uma política de competitividade, a primeira tornou-se mais efetiva com o processo de redução dos impostos incidentes sobre os bens importados, destacando-se pela desmontagem do sistema de proteção e de incentivos construídos nas décadas anteriores.

A abertura do mercado brasileiro e a valorização do real foram condicionantes do êxito do Plano Real, ou seja, para o combate à inflação ao aumentarem a quantidade e reduzirem os preços dos bens importados, respectivamente

O ajuste realizado pelas empresas para fazer frente à política industrial significou reestruturações dos processos produtivos, pois estas são direcionadas para priorizar as atividades internas em que as empresas são competitivas, eliminar as atividades até então realizadas e consideradas subsidiárias (terceirização),

implementar programas visando à melhoria de qualidade etc. A palavra de ordem era a busca de aumento da produtividade, obtida, nesta primeira etapa, com a redução de custos e a maior racionalização da produção.

Ao fato de as indústrias, no período, utilizarem equipamentos e instalações defasados, além da deficiência de suas tecnologias de processo e produto, somou-se às deficiências da infra-estrutura em especial nos segmentos de energia, transportes e telecomunicações, atrasando a adoção do novo padrão tecnológico e organizacional vigente nas economias desenvolvidas. O longo período de ajuste da economia brasileira também resultou em um estado incapaz de articular e fomentar uma base de apoio ao avanço da competitividade industrial, pelo peso, em suas finanças, dos encargos da dívida externa e dívida interna e também das deficiências de seu aparato administrativo.

As medidas implementadas, porém, não atingiram as deficiências do sistema empresarial e nem alteraram a estrutura industrial brasileira. Ainda não há estudos conclusivos sobre o impacto da liberação comercial na participação da indústria na produção total da economia e na estrutura industrial, pois não foram registradas queda efetiva da participação da indústria no produto total e a estrutura industrial não sofreu significativas mudanças, mantendo, em realidade, uma certa estabilidade. O destaque da estrutura industrial foi o crescimento do complexo automotivo, setor favorecido pela política industrial das décadas anteriores, e perda da participação do segmento produtor de bens de capital.

A liberação comercial também foi fundamental para a queda da inflação obtida com o Plano Real em 1994, pois a ampliação da oferta de bens importados impediu movimentos de alta dos preços. Além disso, a valorização do real em relação às moedas estrangeiras, em particular ao dólar, no período de julho de 1994 a janeiro de 1999, ampliou o impacto competitivo da liberação comercial, pois reduziu os preços dos bens importados.

Além da abertura comercial, outros fatores vinculados à situação macroeconômica também afetaram as decisões produtivas e de investimento industrial na década de 1990, entre eles: a manutenção de elevadas taxas de juros internas, as oscilações do nível de atividade econômica e a elevação da carga tributária advindos, em particular, da elevação da tributação cumulativa como o PIS, CPMF e Cofins.

O perfil industrial ao final dos anos de 1990 caracterizou-se pelos seguintes aspectos: as empresas multinacionais aumentaram sua participação nos setores de alimentos, eletrodomésticos e autopeças; preponderância na estrutura industrial, como no passado, das indústrias produtoras de bens de

consumo duráveis e de bens intermediários, pois foram os segmentos que obtiveram os maiores ganhos de competitividade, bem como foram os dominantes em termos de introdução de novas técnicas visando qualidade e produtividade; a estrutura industrial não foi alterada e nem da pauta de exportações de bens industrializados; a desindustrialização, prevista com a abertura comercial, não ocorreu na magnitude preconizada ficando restrita a alguns segmentos como o produtor de bens de capital.

4 Os desafios da inserção competitiva da indústria brasileira no mercado mundial

Após a consolidação da estrutura superior da pirâmide industrial nos anos de 1970, objetivo já presente no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1955-1960), o Brasil, no início dos anos de 1980, se depara com uma economia mundial transformada, em vários aspectos.

As mudanças tecnológicas, produtivas e organizacionais aliadas aos efeitos da abertura comercial e da relativa estabilização dos preços, resultaram na exposição do tecido econômico nacional frente à concorrência externa. As mudanças no papel do Estado, das instituições tradicionais de fomento e da forma como os organismos empresariais e financeiros atuam não têm gerado o resultado necessário para que o país recupere a sua capacidade de crescer. Com poucas exceções, a indústria brasileira ainda não estabeleceu uma sólida base em capacitação e inovação tecnológica que venha a refletir em alteração significativa na pauta de exportação e importação.

Os resultados positivos na balança de comércio (de 2001 até 2002) são fruto muito mais da compressão das importações, advinda da desaceleração econômica, do que do incremento das exportações. A insuficiente capacitação tecnológica das empresas brasileiras, notadamente as de capital local, ao não desenvolverem em maior quantidade e qualidade novos processos tecnológicos e produtos, aliada à ausência de uma política industrial para a inovação e competitividade, constituem-se em entraves ao desenvolvimento nacional.

O saldo do período inflacionário, agravado por uma substancial redução no volume e na qualidade do investimento público e privado nos últimos vinte anos, não contribuiu para que o país tirasse maior proveito da abertura econômica dos anos de 1990.

Nas economias desenvolvidas registra-se a diminuição da participação da indústria na composição do Produto Interno Bruto. No entanto, nesses mesmos países, é crescente a participação dos setores de alta tecnologia do valor adicionado do setor industrial, inclusive com a entrada de pequenas e médias empresas organizacionalmente avançadas. Nesses países, as políticas de competitividade para indústria são estruturadas para alavancar toda a cadeia de valor e uma das formas de realizar esse processo é o desenvolvimento de agrupamento de empresas conhecido por *clusters* industriais. O papel do governo tem sido ativo ao induzir, coordenar e aglutinar esforços para que a competitividade tenha a maior capilaridade possível, incluindo as pequenas e médias empresas. Exemplo disso são as aglomerações industriais, denominadas de *cluster*, de pequenas e médias empresas na Itália, Alemanha e EUA.

Quais são os desafios a serem enfrentados pela indústria brasileira? São vários, passíveis de serem alcançados a médio e longo prazo, desde que sejam buscados no mais breve tempo possível. Podemos considerar quatro como os mais importantes para o contexto atual.

Inicialmente deve ser destacado que segmentos líderes do crescimento econômico industrial com grande impacto não só na indústria, mas na agricultura e setor de serviços, são: informática, biotecnologia, telecomunicações, eletrônica, mecatrônica, novos materiais, aços especiais e outros. São setores intensivos em conhecimento e informação, recursos tão ou mais importantes que o capital.

**A melhoria da competitividade econômica
e o aumento das exportações devem ser
incentivados como alternativas, entre
outras medidas, para a retomada do
crescimento da economia brasileira**

Em segundo lugar, destacam-se a formação e a capacitação de recursos humanos necessários para transferir, criar, adaptar, desenvolver e aplicar tecnologia, de forma a reduzir a dependência tecnológica e financeira que o país tem frente ao exterior. Cabe aqui destacar o papel relevante a ser desempenhado por um competente Sistema Nacional de Inovações, em que a junção dos recursos e ações pública e privada pode acelerar a capacitação da força de trabalho para atuar na sociedade de conhecimento e da informação. A

produtividade e a inovação também podem ser incrementadas nos setores de atividades consideradas tradicionais, possibilitando, inclusive, a produção interna de muitas importações.

Em terceiro lugar, aparece a formação de cadeias produtivas mais completas, em que a especialização produtiva contribuiria para o aumento da oferta interna de bens e serviços com maior qualidade e menor preço. As redes de empresas e os diversos arranjos produtivos locais estruturados, capazes de aumentar o grau de modernização, notadamente nas pequenas e médias empresas, configuram-se como instrumentos de aumento de competitividade, sendo um dos mecanismos de incremento de produtividade e de remuneração mais adequada à força de trabalho mais bem qualificada.

Por último, a maior participação do mercado externo requer uma postura mais ativa do setor público e da classe empresarial. O denominado custo-Brasil, que são os custos ou despesas de produção que dificultam as exportações encarecendo os produtos quando comparados com os produtos importados, não é somente de responsabilidade do governo, pois 50% desse custo é derivado da burocracia estatal, do emaranhado de leis, decretos, portarias e editais; os outros 50%, porém, advém das empresas privadas. Realizar a reforma tributária, que desonere a produção, também é uma iniciativa importante, pois parte da melhoria do grau de competitividade está dependendo dessa mudança.

Reduzir o desperdício e evitar retrabalhos são atividades que não dependem de ações do setor público. Há que se tomar medidas ativas, não apenas visando, no curto prazo, a reduzir os custos e o grau de endividamento, mas também estruturar e preparar a empresa brasileira para crescer, e buscar novas oportunidades de mercado, pois a lição das estratégias defensivas e de curto prazo, adotadas nos últimos vinte anos, resultaram em desnacionalização, perda de competitividade e encolhimento da empresa nacional. Buscar o crescimento sustentado é o grande desafio, pois um país que pretende ser moderno e respeitado no âmbito internacional não pode prescindir de uma atividade industrial significativa e eficiente.

Considerações finais

A economia brasileira apresentou no pós-Segunda Guerra Mundial até o ano de 1980 uma das maiores taxas de crescimento da economia mundial, sendo acompanhado por transformações estruturais significativas em seu parque

industrial. Os avanços sociais, contudo, não seguiram as mudanças no âmbito econômico. Basta verificarmos as profundas desigualdades sociais que marcam o nosso país.

A crise da década de 1980 aprofundou o desequilíbrio social, pois foi marcada pela aceleração inflacionária, que afeta principalmente os segmentos de menor poder aquisitivo, e pelas elevadas taxas de desemprego.

A estabilização dos preços e modernização do parque produtivo, que se destaca nos anos de 1990, revela que, apesar de atrasadas frente aos movimentos internacionais, estão surgindo novas e distintas possibilidades de recuperação efetiva do crescimento econômico brasileiro, condição precípua para, dentro do contexto político atual, ocorrer a melhoria das condições sociais.

Os problemas econômicos neste início de século ainda são preocupantes como revela a crítica situação da dívida interna e das contas externas que exigem medidas substantivas para que se torne possível priorizar o processo de desenvolvimento. A ênfase de uma nova política de comércio exterior que amplie a participação do país no mercado internacional, com o Estado atuando a favor da ampliação das exportações das grandes e, principalmente, pequenas e médias empresas é hoje considerado fundamental para a criação de condições para o nosso crescimento.

No momento atual da economia mundial, marcada pelas transformações das relações globais e pela formação de blocos regionais, a busca pela ampliação da economia brasileira no comércio internacional deve ser objetivo estratégico na atuação do setor público e privado nos próximos anos.

Bibliografia recomendada

BAUMANN, Renato (Org.). **Brasil**: uma década em transição. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COUTINHO, Luciano; FERRAZ, João Carlos (Coord.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. 2.ed. Campinas: Papirus: Editora da Unicamp, 1994.

Resumo

As transformações verificadas na organização e nas tecnologias das empresas dos países desenvolvidos determinaram novos padrões de competitividade e de concorrência a partir dos anos de 1980, com impacto mundial. A economia brasileira ainda deparando-se com problemas internos, como dívida externa, inflação e desequilíbrio estruturais nas contas públicas, demorou para alinhar-se ao novo padrão de competitividade. A introdução das novas tecnologias pelas empresas brasileiras ocorreu ao longo da década de 1990, porém de forma diferenciada e sem contar com uma efetiva política industrial que orientasse e coordenasse o processo, sendo estimulado, muito mais pela abertura comercial e pela política econômica que segue a implementação do Plano Real. Assim sendo, o impacto sobre a estrutura industrial foi bem menos relevante do que se pretendia e do que se previa. Os desafios da economia brasileira ainda são significativos não somente no âmbito econômico, mas também no social.

